

A escalação da seleção que vai jogar pelo Brasil está nas suas mãos | Eliane Silveira e Joaquim Soriano

15/08/2022



Em outubro deste ano, seremos milhões de técnicos comparecendo às urnas e escalando o time que vai jogar pelo Brasil nos próximos quatro anos. Bem montado, poderemos inaugurar um período de comemoração de muitas vitórias. Mal armado, podemos ter um time que faz gol contra, acumula derrotas e nos empurra para a segunda divisão. Diferente da Seleção Brasileira, que entrará em campo em novembro pela Copa do Mundo, essa seleção que vamos definir no pleito eleitoral vai atuar na Presidência da República, nos governos estaduais, no Senado, na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas. E se nós, os técnicos, escalarmos mal o time, se não tiver entrosamento entre a Presidência e o Congresso Nacional, entre os governos e os legislativos estaduais, somos nós que pagaremos a conta de cada ataque sofrido. O período mais recente do Brasil nos deu uma mostra trágica do quão alto pode ser a conta para a classe trabalhadora quando ela não tem maioria nos Legislativos. O golpe na Presidenta Dilma é um exemplo disso. A maioria eleita no Congresso não tinha compromisso com a Presidenta escolhida pela maioria do povo. Se olharmos o placar das últimas eleições, vamos entender melhor esse desequilíbrio que só beneficia quem detêm o poder econômico.

A chegada de Lula à presidência da República em 2002 foi alcançada apesar dos obstáculos do sistema eleitoral, mas, enquanto o presidente alcançou 39,5 milhões de votos no primeiro turno, a bancada do PT na Câmara Federal recebeu 15 milhões de votos, o que lhe permitiu eleger 91 deputados federais. Menos de 20% das cadeiras da Câmara. Em 2006, Lula obteve 46,6 milhões de votos no primeiro turno e foi reeleito com 58 milhões de votos, o que representou 60,83% dos votos válidos no segundo turno. Mesmo alcançando a maior votação absoluta entre os Partidos na Câmara Federal, o PT recebeu quase 2 milhões de votos a menos que em 2002, reduzindo de 91 para 83 parlamentares. Em 2010, Dilma alcançou quase 48 milhões de votos no primeiro turno e superou os 55 milhões de votos no segundo turno. Elegeram-se a primeira mulher Presidenta da República com o apoio de 56% dos votantes. Já a Bancada Federal melhora seu desempenho e passa a ser a maior da Câmara Federal, com 88 cadeiras. No entanto, os pouco mais de 16 milhões de votos obtidos pelo PT para o parlamento ainda ficam muito distantes da votação de Dilma no primeiro turno.

Em 2014, a presidenta totalizou 43,2 milhões de votos, perfazendo 41,59% dos votos no primeiro turno. Neste pleito, a bancada no PT para a Câmara Federal recebeu 13,5 milhões de votos, atingindo 13,9% do total. Com isso, o PT reduz o número de cadeiras de 88 para 69. A candidatura de Haddad, em 2018, obteve

31,3 milhões de votos no primeiro turno. A bancada federal do PT totalizou 10,1 milhões de votos, equivalente a 10,37%. Mesmo reduzindo de 69 para 54 cadeiras, ainda ficou como a maior bancada na Câmara Federal.

Os números mostram que mesmo votando majoritariamente em Lula e Dilma, o povo brasileiro não garantiu a sustentação do projeto vitorioso no Congresso Nacional. De um lado, a maioria da população brasileira se identifica com as bandeiras sociais e de igualdade erguidas pelas candidaturas presidenciais. De outro, não faz uma associação deste projeto na hora de escolher seus representantes no Parlamento, que tem se tornado, no último período, cada vez mais conservador, reacionário e neoliberal. Tal opção tem desequilibrado o jogo contra a classe trabalhadora, contra o meio ambiente, contra as mulheres, os negros, os LGBTQIA+, os indígenas, os movimentos sociais e populares. A classe empresarial e rentista nunca teve tanta facilidade em aprovar retirada de direitos, como ocorreu nas votações da Terceirização, da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência, da liberação indiscriminada do uso de agrotóxicos, para citar alguns exemplos.

Além dos projetos já aprovados, essa maioria conservadora ainda quer entregar mais alegrias ao mercado financeiro antes do apagar das luzes do governo Bolsonaro. Tramitam entre as prioridades de aprovação das bancadas aliadas ao bolsonarismo, um conjunto de possíveis novos retrocessos: nova flexibilização no licenciamento ambiental; liberação da mineração em terras indígenas; a privatização dos Correios; a Reforma Administrativa; a liberação de posse e comercialização de armas de fogo para caçadores, atiradores e colecionadores; a liberação de propaganda de armas na televisão. Os retrocessos conservadores também aguardam por votação: a redução da maioria penal; a implantação do homeschooling; o projeto Escola Sem Partido; o Estatuto da Família (que define que família é apenas a formada pelo casal homem e mulher); o Estatuto do Nascituro (que classifica o nascituro como ser humano concebido, incluindo os in vitro), entre outros.

Por outro lado, as principais iniciativas para beneficiar o povo brasileiro nestes últimos anos, vieram das bancadas de esquerda e, em especial, do Partido dos Trabalhadores. Exemplos dessa boa luta foram a garantia do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 no auge da pandemia, quando o governo propôs apenas R\$ 200,00; a aprovação das leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, que garantem crédito e financiamento para os setores culturais; a liberação da telemedicina durante a pandemia; a defesa de recursos para vacinação em massa contra a Covid-19; a criação do vale gás para famílias de baixa renda; os projetos que beneficiam a agricultura familiar e os pescadores, entre outras diversas propostas.

Com a escalação que os eleitores e eleitoras brasileiras vão montar em outubro, poderemos ter um número maior de jogadores e jogadoras aumentando conquistas para a população, com mais direitos, mais emprego, mais renda ou poderemos ter, de novo, uma maioria jogando contra Lula e o Brasil. Se Lula é o maior craque da seleção para o Brasil ser vencedor, temos ciência que o melhor craque precisa do melhor time tabelando com ele, jogando junto, suando a camisa, não medindo esforços. Um time que defenda a transparência das verbas públicas e não o orçamento secreto e os sigilos de 100 anos. Um time que lute pela saúde, a educação, a moradia, a ciência, o acesso à renda e ao emprego. Um time que trabalhe pelos direitos das mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, das juventudes e da população idosa. Um time que promova o amor, a solidariedade, o respeito e a liberdade.

Eleição é hora de decidir o destino das nossas vidas e das nossas famílias pelos próximos quatro anos. Para montar essa seleção do Brasil vitorioso, esqueçam os critérios de amizade, fama, beleza, simpatia ou religião, todos de âmbito privado e do foro íntimo de cada pessoa. Para nos representar no parlamento, seja no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas, precisamos de pessoas comprometidas com a inclusão social e a promoção de direitos representados no projeto que Lula apresenta ao Brasil. Porque o povo brasileiro não merece menos do que isso: um Brasil da esperança que lhe proporcione uma vida digna e feliz.

Compartilhe nas redes:

